

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 21 de Abril de 2003

IV

Série

Número 38

Suplemento

Sumário

BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.
Relatório e contas do exercício de 2002

BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2002

ÍNDICE

- 1 - ÓRGÃOS SOCIAIS
- 2 - GRUPO BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.
- 3 - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Enquadramento Macroeconómico
Actividade da Sociedade
Análise do Balanço e da Demonstração de Resultados
Proposta de Aplicação de Resultados
- 4 - NOTA FINAL
- 5 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanço e Demonstração de Resultados
Anexo às Contas
Informações para Cumprimento de Disposições Legais
Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Certificação Legal de Contas
Relatório e Parecer do Fiscal Único

BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

MESADAASSEMBLEIAGERAL

Presidente:

- Rentipar, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. representada pelo Dr. Fernando Inverno da Piedade

Vice-Presidente:

- Dr. Artur Manuel Pires Chambel

Vice-Presidente:

- Dr. Carlos Manuel Graça Ramos de Oliveira

Secretário:

- Dr. Miguel Oleiro Morais Alçada

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

- Comendador Horácio da Silva Roque

Administrador:

- Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Administrador:

- Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Administrador:

- Dr. José António Vinhas Mouquinho

Administrador:

- Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

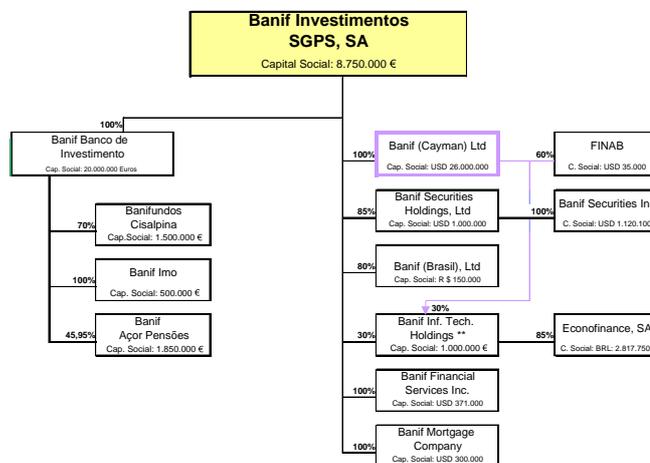
FISCALÚNICO

Fiscal Único:

- Ernst & Young Audit & Associados,(SROC), S.A. representada por Dr. Alfredo Guilherme da Silva Gândara (ROC)

Suplente:

- Dr. Pedro Manuel Travassos de Carvalho (ROC)

GRUPO
BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
em 31/12/2002

3 - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da Banif - Investimentos - S.G.P.S., S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral da Sociedade o Relatório e Contas referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2002:

Enquadramento Macroeconómico

Afectada por uma profunda crise de confiança, que foi agravada pelas dificuldades do Estado português em cumprir os objectivos do Pacto de Estabilidade, nomeadamente no que diz respeito à política orçamental, a economia nacional sofreu de uma forma aguda o abrandamento mundial.

Desta forma, o PIB nacional deverá ter crescido 0,4% em 2002, um crescimento inferior ao registado na Zona Euro no mesmo período, e abaixo da TMCA de 1,7% e 3,2% registada em 2001 e 2000, respectivamente. Apesar desta crise ter um maior impacto em termos de consumo privado, para o qual se espera uma variação entre os -0,25% e +0,75% em 2002, contra um crescimento de 1% registado em 2001, o investimento deverá ter sofrido também uma quebra entre os 5,25% e 3,25% em 2002, depois de ter registado um decréscimo de 0,4% em 2001.

Ao conjugar uma deterioração da confiança dos consumidores e uma redução do investimento, é natural que o desemprego no país aumente. De facto, e depois de se ter mantido quase inalterada em 2001 nos 4,1%, a taxa de desemprego em Portugal deverá ter aumentado para os 4,7% em 2002. Por seu turno, a Zona Euro deverá ter registado uma taxa de desemprego de 8,4%, acima dos 8% alcançados em 2001 mas ainda assim inferior à taxa de 8,8% de 2000.

Adébil situação económica sentiu-se também na evolução dos preços, com a inflação média, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IPCH), a chegar aos 3,7%, um ritmo inferior ao dos 4,4% de aumento nos preços registado em 2001. As principais causas para o agravamento nos preços foram a desvalorização do Euro ao longo do ano face ao USD, a introdução da moeda única no início do ano e os arredondamentos que daí resultaram, em conjunto com o aumento dos preços dos combustíveis.

Apesar de estar inserida no contexto de abrandamento global, a economia nacional parece ter beneficiado da valorização do Euro face ao USD, já que em termos de comércio externo, o défice da balança de transacções correntes e de capitais deverá ter melhorado dos 8,4% em 2001, para um valor entre os 6,75% a 5,25% em 2002.

Actividade da Sociedade

ASociedade desenvolveu a sua actividade em conformidade com o quadro legal das empresas "holding" definido pelos Decretos-Lei nr.495/88 de 30 de Dezembro, nr. 318/94 de 24 de Dezembro e nr. 378/98 de 27 de Novembro, centrando-se essencialmente no acompanhamento e apoio às empresas suas participadas.

Durante o exercício de 2002, o Grupo Banif, tomou determinadas decisões estratégicas tendo em vista a reestruturação do Grupo Banif, assente no agrupamento das suas participações sociais sob o controlo de sociedades gestoras de participações sociais (Subholdings) para as principais áreas de negócio, isto é, banca comercial, seguros e outras actividades financeiras.

Integrado no referido processo de reestruturação a Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A., alienou no mês Março de 2002, ao antigo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., cuja denominação passou para Banif S.G.P.S., S.A., com efeitos a 1 de Abril de 2002, a totalidade das participações desta Sociedade na Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A., Mundicre - Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S.A., Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e Banif Imobiliária, S.A., ao preço por acção de 6,71 euros, 6,89 euros, 6,15 euros e 6,57 euros, respectivamente e, ainda, adquiriu ao mesmo a totalidade do capital social da Sociedade Banif - Financial Services, Ltd, representado por 371.000 acções, ao preço de 1 USD por acção.

As operações de aquisição e alienação das referidas participações foram efectuadas tendo por base os valores da avaliação apurados pela Sociedade Manuel L. Brito & Associados, SROC.

Com o produto da venda das participações financeiras atrás referidas, a sociedade liquidou o financiamento a título de suprimentos no valor de USD: 27.090.400,00, que tinha obtido junto da empresa mãe, Banif S.G.P.S., S.A. (antigo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.). A sociedade subscreveu 100% do capital social da sociedade Banif Mortgage Company, no valor de USD 300.000 (contravalor de Eur.: 326.690,62). De acordo com um dos objectivos consagrados na reestruturação do Grupo Banif, consubstanciado na afectação das participações financeiras por sector de actividade, esta sociedade adquiriu, respectivamente, ao Banco Comercial dos Açores, S.A. e ao Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd., ao valor contabilístico de Eur.: 5,61 por acção, 400.000 acções e 600.000 acções representativas de 10% e 15% do capital social do Banif - Banco de Investimento, S.A., passando a deter 100% do capital social desta Instituição de Crédito. No âmbito da mesma participação financeira resolveu, ainda, o contrato promessa de compra e venda que tinha celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e o Trabalho - Companhia de Seguros, S.A., em 13 de Dezembro de 2001, liquidando o valor recebido a título de pagamento do preço e respectivos juros.

Durante o exercício, a sociedade recebeu dividendos da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., no montante de Eur.: 948.125,00 e do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd, no montante de Eur.: 44.439,09, tendo pago ao accionista único a Banif S.G.P.S., S.A., dividendos no valor de Eur.: 1.200.000,00 e Eur.: 1.550.000,00, pagos a título de distribuição de Outras Reservas (Reservas Livres).

Foram, ainda, contraídos novos empréstimos, pelo prazo de 6 meses, sucessivamente renováveis por iguais períodos e remunerados à taxa de juro, "Cost of Funds" + 1%, para apoio de tesouraria, junto da Sociedade participada Banif - Banco Internacional (Cayman),Ltd, ascendendo o montante total do endividamento junto daquela filial a cerca de 40 milhões de euros.

A Sociedade obteve, ainda, um financiamento de USD 170.000,00, junto do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. para fazer face ao aumento de capital da Banif Securities Holdings, Ltd de USD 800.000,00 para USD 1.000.000,00.

A Sociedade não dispunha, no final de 2002, de um quadro de pessoal próprio.

Análise do Balanço e da Demonstração de Resultados

Face à natureza e especificidade das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, a estrutura dos respectivos Balanços, é, regra geral, bastante simples.

Não obstante, parece-nos importante realçar a evolução de algumas rubricas do Balanço.

Assim, e comparando com o Exercício de 2001, o Activo Líquido passou de 86.708 para 54.502 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 37%. Este decréscimo resulta, por um lado, da alienação das participações na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., Mundileasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A., Mundicre - Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S.A. e Banif Imobiliária, S.A., no montante total de 35 milhões de euros, e por outro lado da diminuição da participação financeira por efeito da desvalorização cambial verificada durante o exercício de 2002, nomeadamente, na participação financeira expressa em dólares americanos no Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

Os Capitais Próprios no final do Exercício de 2002, atingiam o montante de 13.826 milhares de euros, contra 13.341 milhares de euros em 2001, o qual representa um crescimento de 3%, derivado do aumento dos Resultados do Exercício de 2002.

Os Resultados Líquidos da Sociedade ascenderam a 3.235 milhares de euros, contra os 1.631 milhares de euros obtidos no Exercício de 2001, o que representa um crescimento de 98%, em virtude dos dividendos recebidos e das mais-valias geradas com a alienação das participações financeiras efectuadas no âmbito do processo de reestruturação.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando por um lado a política de aplicação de resultados seguida nos últimos anos que privilegiou o reforço dos Capitais Próprios da Sociedade em face dos investimentos efectuados, e por outro, a necessidade de remunerar adequadamente o Accionista único, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado do Exercício de 2002 no montante de Euros 3.234.723,10, tenha, nos termos do art.º 29.º dos Estatutos e Artigos 218.º, 295.º e alínea b) do n.º 1 do Artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	324.723,10 Euros
Para Dividendos:.....	1.750.000,00 Euros
Para Outras Reservas (Reservas Livres):.....	1.160.000,00 Euros
Total.....	3.234.723,10 Euros

4 - NOTA FINAL

Para finalizar, o Conselho de Administração exprime aos Membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único o seu reconhecimento pelo apoio e colaboração sempre assegurados ao longo do Exercício de 2002.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2003.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Horácio da Silva Roque - Presidente, Joaquim Filipe Marques dos Santos, Carlos David Duarte Almeida, José António Vinhas Mouquinho, Artur Manuel da Silva Fernandes

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(em euros)

ACTIVO	31.12.02		31.12.01 ACTIVO LÍQUIDO	PASSIVO	31.12.02	31.12.01
	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES E AMORTIZ.				
Caixa e disponib. em Bancos Centrais Disponibilidades à vista em Instit. de crédito	248.448,65	0,00	0,00	Débitos para com inst. de crédi. a) À vista	39.934.365,18	68.174.084,09
Outros créditos sobre instit. de crédi. Crédito sobre clientes			120.111,44	b) A prazo ou Pré-aviso	(39.934.365,18)	(68.174.084,09)
Obrig. e outros títulos de rend. fixo a) De emissores públicos				Débitos para com clientes a) Depósitos de poupança		
b) De outros emissores (Das quais: Obrig. próprias)				b) Outros débitos		
				ba) À vista		
				bb) Outros		
Acções e outros tit. de rend. variável				Débitos representados por tit.		
Participações	1.358,39	1.358,39	1.358,39	a) Obrig. em circulação		
Partes do capital em emp. coligadas	48.413.152,62	48.413.152,62	81.601.707,27	b) Outros	1.477,94	3.361,11
Imobilizações incorpóreas	104.148,00	104.148,00	0,00	Outros passivos	740.000,76	5.188.624,15
Imobilizações corpóreas (Das quais: Imóveis)				Contas de regularização		
Capital subscrito não realizado				Provisões p/ riscos e encargos		
				a) Provisões para pensões		
				e encargos similares		
				b) Outras provisões		
Acções próprias ou partes cap. próprias				Fundo para riscos banc. gerais		
				Passivos subordinados	8.750.000,00	8.750.000,00
Outros activos				Capital subscrito		
				Prémio de emissão	1.841.470,44	2.960.418,63
				Reservas		
				Reservas de reavaliação		
Contas de regularização	5.839.077,76	5.839.077,76	96.143,29	Resultados transitados		
Prejuízo do exercício				Luero do exercício	3.234.723,10	1.631.051,81
TOTAL DO ACTIVO	54.606.185,42	104.148,00	86.707.539,78	TOTAL DO PASSIVO	54.502.037,42	86.707.539,78
Rubricas Extrapatrimoniais						
Das quais:						
Activos dados em Garantia - Outros Activos						
Garantia Prestada à Fazenda Nacional		877.027,86				

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, Assinatura ilegível

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(em euros)

	31.12.02	31.12.01	CRÉDITO	31.12.02	31.12.01
DÉBITO			PROVEITOS		
<i>CUSTOS</i>			Juros e proveitos equiparados	322.910,04	24.858,64
Juros e custos equiparados	1.802.207,73	822.583,25	Dos quais:		
Comissões	28.198,54	27.100,17	(- de títulos de rendimento fixo)		
Prejuízos em operações financeiras			Rendimento de títulos	992.564,09	2.474.935,30
Gastos gerais administrativos	57.459,12	43.776,91	a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		
a) - Custos com o pessoal	(1.296,88)	(5.187,48)	b) - Rendimento de participações		
Dos quais:			c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	(992.564,09)	(2.474.935,30)
(- salários e vencimentos)	(1.296,88)	(5.187,48)	Comissões		
(- encargos sociais)			Lucros em operações financeiras		
Dos quais:			Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos		
(- com pensões)			Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações partes de capital em empresas coligadas		
b) - Outros gastos administrativos	(56.162,24)	(38.589,43)	Outros proveitos de exploração	0,53	0,02
Amortizações do exercício			Resultado da actividade corrente		
Outros custos de exploração	60,93	78,80	Ganhos extraordinários	3.821.661,18	26.301,37
Provisões para crédito vencido e para outros riscos			Prejuízos do exercício		
Provisões para imobilizações financeiras	0,01				
Resultado da actividade corrente	572.451,67	1.606.254,83	TOTAL	5.137.135,84	2.526.095,33
Perdas extraordinárias	12.324,69				
Impostos sobre lucros	205,01				
Outros impostos	1.956,71	1.504,39			
Lucro do exercício	3.234.723,10	1.631.051,81			
TOTAL	5.137.135,84	2.526.095,33			

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, Assinatura ilegível

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

10. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	%	VALOR NOMINAL	VALOR MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR COTAÇÃO	VALOR DO BALANÇO	DIREITOS DE VOTO
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS							
Participações							
Em outras Empresas no País							
Quotas							
ESPAÇO DEZ - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	1	25,00%	1.250,00	1.358,39	-	1.358,39	-
Partes de Capital em Empresas Coligadas							
Em Instituições de Crédito no País							
BANIF-BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	4.000.000	100,00%	5,00	5,470	-	21.878.624,84	40.000
Em Instituições de Crédito no Estrangeiro							
BANIF - BANCO INTER. FUNCHAL (CAYMAN) LTD	26.000.000	100,00%	1,135	0,962	-	25.021.836,56	-
BANIF SECURITIES HOLDING, LTD	850	85,00%	1.134,692	953,562	-	810.527,32	-
BANIF FINANCIAL SERVICE, INC.	371.000	100,00%	1,003	0,954	-	353.771,34	-
BANIF MORTGAGE COMPANY	300.000	100,00%	1,003	0,954	-	286.068,47	-
Em outras Empresas no Estrangeiro							
BANIF BRASIL, LTDA	120.000	80,00%	0,489	0,269	-	32.324,10	-
BANIF - INFORMATION TECHNOLOGY HOLDING, LTD	100.000	30,00%	1,000	0,300	-	30.000,00	-
TOTAL	30.891.851					48.414.511,01	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS, Assinatura ilegível

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Assinaturas ilegíveis

ANEXOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Valores expressos em euros, salvo indicação em contrário)

1 - Principais critérios contabilísticos

a) Geral

As contas da Banif - Investimentos - S.G.P.S., S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram elaboradas segundo a convenção contabilística do custo histórico em conformidade com o Plano de Contas para o sector Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Os números omissos dizem respeito às notas não aplicáveis ou significativas para a apreciação das demonstrações financeiras.

b) Efectivação das Operações

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

c) Participações Financeiras

As participações financeiras são registadas ao custo histórico de aquisição sendo feita uma provisão para reduzir o seu custo para o valor líquido de realização sempre que se verificar uma quebra de valor permanente. Os dividendos são contabilizados quando recebidos.

d) Juros

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Proveitos e Custos dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento.

e) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo e estão totalmente amortizadas à taxa de 33,33% ao ano, de acordo com o Dec. Regulamentar n.º 2/90.

f) Consolidação de Contas

De acordo com a legislação vigente, estas demonstrações financeiras serão integradas nas contas consolidadas do GRUPO BANIF cuja Empresa-mãe é a Banif S.G.P.S., S.A. (antigo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.).

3 - Conversão das operações em moeda estrangeira

a) Conversão das operações em USD para EUROS

(em euros)

Conta	Descrição	Montante de USD	Câmbio médio do dia 31.12.02 EUR	Contravalor em EUR
40 - Imobilizações financeiras	Capital Social do Banif (Cayman), Ltd	25.240.400	1,0487	25.021.536,36
	Banif Securities Holdings, Ltd	1.000.000	1,0487	1.048.700,00
	Banif Financial Services, Inc	371.000	1,0487	333.771,00
	Banif Mortgage Company	500.000	1,0487	286.288,47
Contas Internas de Regulamentação		27.761.400	1,0487	25.472.200,35

b) Conversão das operações em Reais para EUR

(em euros)

Conta	Descrição	Montante de Reais	Câmbio médio do dia 31.12.02 EUR	Contravalor em EUR
40 - Imobilizações financeiras	Capital Social do BANIF (Brasil) Ltda	120.000	3,7124	32.324,10
59 - Contas Internas	Capital Social do BANIF (Brasil) Ltda	120.000	3,7124	32.324,10

6 - Informação relativa a empresas interligadas e empresas participadas

(em euros)

Sociedade	Sede	% de participação no capital social	Dados relativos às Contas consolidadas		
			Ano	Capital	Proveitos Realizados
Banif Banco de Investimento, S.A.	Lisboa	100%	2002	22.127	1.244
Banif Mortgage Company	USA	100%	2002	255	135
BANIF (Cayman) Ltd	Ilhas Caimão	100%	2002	30.332	105
Esopo EMI	Lisboa	25%	2002	(1.547)	(401)
Banif Information Technology Holdings, Ltd	Ilhas Caimão	30%	2002	70	(30)
BANIF - (Brasil) Ltda	Brasil	80%	2002	15	(11)
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Caimão	85%	2002	569	167
Banif Financial Services, Inc	USA	100%	2002	126	180.030

9 - Créditos sobre empresas coligadas

Depósitos à ordem

Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. 248.448,65

16 - Despesas de estabelecimento

As despesas de estabelecimento referem-se a custos incorridos com a constituição da Sociedade, que se encontram totalmente amortizadas.

18 - Montantes dos débitos para com Instituições de Crédito a Prazo

De 3 meses a um ano	Mais de cinco anos	Total
39.934	10.393	39.934

21 - Débitos para com Instituições de Crédito em que existe relação de domínio

	2002	2001
Empresas Coligadas		
Empresa Mãe		
Banif S.G.P.S., S.A. (*)		40.940*
Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	39.934	27.234
* Financiamento a título de suprimentos (Saldo Credor), quando a empresa era detida na totalidade pelo antigo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.		

27 - Saldo dos Custos a pagar e Proveitos a receber

Custos a pagar	630.497,19
Proveitos a receber	8.969,60

31 - Outros Activos e Passivos

	2002	2001
Outros Activos		
Outras Imobilizações Financeiras		4.888*

	2002	2001
Outros Passivos		
Credores Diversos	1	3

* Financiamentos concedidos a título de suprimentos à Sociedade Banif-Imobiliária (Saldo Devedor), quando a Sociedade detinha a participação financeira.

33 - Contratos por vencer, bem como as posições em aberto com contratos de derivados

1 - Posição em 31/12/2002 dos instrumentos utilizados e respectivos valores nominais e de mercado

Milhares de Euros

Instrumento	Valor Nocial (1)	Valor de Mercado (2)
Contratos sobre Taxa de Câmbio		
Mercado de Balcão (OTC)		
-Instituições Financeiras	57.283,5	56.974,2
-Clientes		
Mercado Organizado (Bolsa)		

- 2 - Decomposição do valor nocial, em 31/12/2002, dos contratos por maturidade residual e por tipo de mercado (Mercado de Balcão (OTC), Mercado Organizado)

Milhares de euros

Instrumento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Contratos sobre Taxa de Câmbio					
Mercado de Balcão (OTC)					
-Instituições Financeiras		57.283,5			
-Clientes					
Mercado Organizado (Bolsa)					

- 3 - Decomposição detalhada por instrumento em 31/12/2002.

Milhares de Euros

Instrumento	Valor de Contrato (1)	Valor de Mercado (2)	Valor de Balanço (3)	Risco de Crédito (4)
Contratos transaccionados em Mercado Balcão (OTC)				
Operações Cambiais				
Spot				
Compra				
Venda				
Forward				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra				
Venda				
Currency Swaps				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra	31.451,0	31.225,0	109,5	
Venda	25.832,4	25.794,0		

- 4 - Repartição a 31/12/2002 das operações derivadas por rating externo de contrapartes.

Milhares de euros

Instrumento	Valor de Contrato	Valor de Mercado	Risco de Crédito
Contratos transaccionados em Mercado Balcão (OTC)			
AAA			
AA			
A			
BBB			
Outras classificações			
N.R.	57.283,5	56.974,2	
TOTAL	57.283,5	56.974,2	
Contratos transaccionados em Mercado Organizados (Bolsa)			
Valor dos contratos			
Total	57.283,5	56.974,2	
Acordos de redução de risco crédito			
TOTAL	57.283,5	56.974,2	

Nota: Os valores são agregados por notas de rating das contrapartes, tomando em conta os ratings da dívida sénior de médio e longo/prazo atribuídos pelas agências de rating (Moody, Standard & Poor's, Fitch Ratings etc., vigentes na data de referência).

A escolha da nota de rating para uma dada contraparte, segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (havendo ratings divergentes, deve-se escolher a segunda melhor nota). Em termos de mapping, considerou-se uma correspondência entre os níveis atribuídos pelas três agências a partir do topo (Aaa=AAA; Aa1=AA+, etc.). As operações com entidades sem rating (N.R.), deverão corresponder sobretudo a contrapartes com nota de rating atribuída internamente.

5 - Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição das operações derivadas por categorias de contraparte é:

Milhares de euros

Instrumento	Valor Nocial (1)	%
Contratos sobre Taxa de Câmbio		
OTC com Instituições Financeiras	57.283,5	100,0
OTC com Clientes		
	57.283,5	100,0
Contratos sobre Taxa de Juro		
OTC com Instituições Financeiras		0,0
OTC com Clientes	0,0	0,0
	0,0	0,0
Contratos sobre Acções/Índices		
OTC com Instituições Financeiras		
OTC com Clientes	0,0	0,0
	0,0	0,0
Contratos sobre Crédito		
OTC com Instituições Financeiras		
OTC com Clientes	0,0	0,0
	0,0	0,0
Total	57.283,5	100,0

6 - Posição comparativa em 31/12/2002 e 31/12/2001 dos instrumentos utilizados e respectivos valores nocials e de mercado

Instrumento	2002		2001	
	Valor Nocial (1)	Valor de Mercado (2)	Valor Nocial (1)	Valor de Mercado (2)
Contratos sobre Taxa de Câmbio				
Mercado de Balcão (OTC)				
-Instituições Financeiras	57.283,5	56.974,2	0,0	0,0
-Clientes			0,0	0,0
Mercado Organizado (Bolsa)			0,0	0,0
Contratos sobre Taxa de Juro				
Mercado de Balcão (OTC)				
-Instituições Financeiras			0,0	0,0
-Clientes			0,0	0,0
Mercado Organizado (Bolsa)			0,0	0,0
Contratos sobre Taxas de Juros				
Mercado de Balcão (OTC)				
-Instituições Financeiras			0,0	0,0
-Clientes			0,0	0,0
Mercado Organizado (Bolsa)			0,0	0,0
Contratos sobre Acções/Índices				
Mercado de Balcão (OTC)				
-Instituições Financeiras			0,0	0,0
-Clientes			0,0	0,0
Mercado Organizado (Bolsa)			0,0	0,0
Contratos sobre Crédito				
Mercado de Balcão (OTC)				
-Instituições Financeiras				0,0
-Clientes				0,0
Mercado Organizado (Bolsa)				0,0
Total	57.283,5	56.974,2	0,0	0,0

- (1) Valor do contrato, valor teórico ou nocional
 (2) Valor de Mercado de produtos transaccionados em mercados organizados: corresponde ao valor de cotação
 Valor de Mercado de restantes produtos: corresponde ao proveito/custo incorrido no eventual encerramento das posições em aberto tendo em consideração as condições de mercado e os modelos de avaliação correntemente utilizados na instituição.

35 - Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais

	2002	2001
Assembleia Geral		1
Conselho Fiscal	1	4
Total	1	5

37 - Elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira e convertidos em EUR

USD		(em euros)	
ACTIVO			
Nome da Conta	Montante USD	Câmbio médio 31.12.02 EUR	Contravalor EUR
Imobilizações financeiras	27.761.400,00	1.0487	26.472.203,68
Total	27.761.400,00	1.0487	26.472.203,68
PASSIVO			
Nome da Conta	Montante USD	Câmbio médio 31.12.02 EUR	Contravalor EUR
Outras Contas Internas	27.761.400,00	1.0487	26.472.203,68
Total	27.761.400,00	1.0487	26.472.203,68
REAIS		(em euros)	
ACTIVO			
Nome da Conta	Montante Reais	Câmbio médio 31.12.02 EUR	Contravalor EUR
Imobilizações financeiras	120.000	3.7124	32.324,10
Total	120.000	3.7124	32.324,10
PASSIVO			
Nome da Conta	Montante Reais	Câmbio médio 31.12.02 EUR	Contravalor EUR
Outras Contas Internas	120.000	3.7124	32.324,10
Total	120.000	3.7124	32.324,10

38 - Mercados geográficos onde se realizaram os proveitos

	Mercado Interno	Mercado Externo
Juros e Proveitos equiparados	323	-
Rend. de partes de capital em empresas coligadas	948	44
Total	1.271	44

39 - Principais componentes das seguintes rubricas

A. Custos	2002
Perdas Extraordinárias	12
TOTAL	12
B. Proveitos	2002
Ganhos Extraordinários	3.822
TOTAL	3.822

43 - Inclusão das contas para consolidação

As contas da Sociedade são incluídas nas Contas Consolidadas da Empresa-Mãe, Banif S.G.P.S., S.A. com sede na Rua de João Távira n.º 30 - 9000 Funchal, pelo método de consolidação integral.

47 - Informações exigidas por Diplomas Legais

1. Informação nos termos do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais
 Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizado pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o Exercício de 2002, em conformidade com o disposto no Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

Detinha directamente, em 31/12/002, 124.656 acções da Banif - S.G.P.S., S.A., uma vez que adquiriu, por subscrição no aumento de capital da sociedade em 17 de Dezembro último, 31.164 acções, a adicionar às detidas em 31.12.2001.

Era, no final do exercício de 2002, titular de mais de metade do capital social da Rentipar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a qual detinha mais de metade do capital social da Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A., sendo Presidente do Conselho de Administração dessas duas sociedades.

A Rentipar - S.G.P.S., S.A. detinha, em 31/12/02, 14.893.668 acções da Banif S.G.P.S., S.A., uma vez que adquiriu, por subscrição no aumento de capital acima referido, 3.337.064 acções, no exercício de direito de preferência e 1.545.407 através de rateio a que se procedeu.

A Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A. detinha, em 31.12.2002, 3.989.998 acções da Banif S.G.P.S., S.A., uma vez que adquiriu, por subscrição no aumento de capital, 997.499 acções, no exercício de direito de preferência.

A Mundiglobo - Habitação e Investimentos, S.A., da qual é igualmente Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31/12/02, 1.853 acções da Banif S.G.P.S., S.A., uma vez que adquiriu, por subscrição no aumento de capital, 463 acções, no exercício de direito de preferência.

No respeitante a acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., mantinha, em 31.12.2002, as 7.315 acções já detidas em 31.12.2001.

Detinha, ainda, em 31 de Dezembro de 2002, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e 1 acção da Banif Primus - Corretora de Valores e Câmbio, S.A., ambas preferenciais e sem direito de voto.

A Rentipar - S.G.P.S., S.A. detinha, em 31/12/02, 2.437.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., número idêntico ao detido em 31/12/01.

As participações detidas, em relação a outras empresas do Grupo Banif, por empresas deste Grupo em que exerce funções de administração, são as constantes do diagrama de participações do Grupo Banif apresentado no início deste relatório de gestão.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Detinha, em 31/12/02, 92.000 acções da Banif S.G.P.S., S.A., 23.000 das quais adquiridas em 17/12/2002 no exercício dos direitos de subscrição do aumento do capital social daquela Sociedade, ao preço de subscrição de 5,00 Euros por acção.

Detinha, ainda, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A., 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto) e 2.080 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., não tendo efectuado qualquer transacção destas acções durante o ano de 2002.

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Detinha, em 31/12/02, 20.000 acções da Banif S.G.P.S., S.A., 5.000 das quais adquiridas em 17/12/2002 no exercício dos direitos de subscrição do aumento do capital social daquela Sociedade, ao preço de subscrição de 5,00 Euros por acção.

Detinha ainda, na mesma data, 1 acção do Banco Banif Primus, S.A., 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto) e 579 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., não tendo efectuado qualquer transacção destas acções durante o ano de 2002.

Dr. José António Vinhas Mouquinho

Detinha, em 31/12/02 4.000 acções da Banif, S.G.P.S., S.A. das quais 1.000 acções foram adquiridas aquando do aumento de capital da Banif, S.G.P.S., S.A. em 17/12/02, ao preço de 5 euros por acção.

Alienou, em 03/06/2002, 490 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., ao preço de 5,74 euros por acção.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Alienou, 11/06/2002, ao preço global de 2.812 Euros, as 490 acções do Banco Comercial dos Açores, S.A. que detinha em 31/12/01. Era titular, em 31/12/2002, de 1 acção do Banco Banif Primus, S.A. e de 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto).

FISCALÚNICO

Dr. Alfredo Guilherme da Silva Gândara

Em 31/12/2002, não detinha acções e/ou obrigações da Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A. nem de Sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo.

Dr. Pedro Manuel Travassos de Carvalho

Em 31/12/2002, não detinha acções e/ou obrigações da Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A. nem de Sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo.

- 2 - Em cumprimento do disposto no nr. 4 do Art.º 488.º e do Art.º 486.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Capital Social subscrito e realizado está representado por um milhão, setecentas e cinquenta mil acções com valor nominal unitário de 5 Euros, e é detido na sua totalidade pela Banif S.G.P.S., S.A..
- 3 - Outras Informações Legais
 - 3.1 - Nos termos do Decreto Lei nr. 318/94, de 24 de Dezembro, informa-se que esta Sociedade não possuía, em 31 de Dezembro de 2002, quaisquer financiamentos a título de suprimentos junto do accionista único.
 - 3.2 - Foi solicitado ao BANIF uma garantia, cujo beneficiário é a DGCI, que garante o bom pagamento da quantia exequenda, custas e juros de mora que se mostrem eventualmente devidos no processo de execução fiscal n.º 3247199701082426, instaurado na Repartição de Finanças do 2.º Bairro Fiscal de Lisboa, no montante de 877.027,86 euros, sobre o qual foi atempadamente deduzida a competente reclamação graciosa, a qual ainda não foi objecto de despacho pela Exma. Administração Fiscal.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

- 1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas de BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de balanço de 54.502.037 euros e um total de capital próprio de 13.826.193 euros, incluindo um resultado líquido de 3.234.723 euros), a Demonstração de resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

- 2 - É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em contas as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

- 6 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, adaptados para as sociedades de gestão de participações sociais.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003.

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.

Representada por, Alfredo Guilherme da Silva Gândara

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas,

Em cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, apresentamos o nosso Relatório e parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, apresentados pelo Conselho de Administração de BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Durante o exercício acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Procedemos igualmente à verificação do cumprimento

da lei e dos estatutos, inteirando-nos da gestão exercida pelo Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analísámos o Relatório de gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração de resultados e o respectivo Anexo.

Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira de BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, conforme constam do Anexo.

Nestes termos somos de parecer:

- 1.º - Que sejam aprovados o Relatório de gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002;
- 2.º - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração; e
- 3.º - Um voto de louvor ao Conselho de Administração, extensivo aos Colaboradores da Sociedade, pela dedicação posta no desempenho dos seus cargos.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003.

O FISCALÚNICO, Alfredo Guilherme da Silva Gândara, Em representação de Ernst & Young Audit & Associados -SROC, S.A.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,04 cada	€ 15,04;
Duas laudas	€ 16,47 cada	€ 32,94;
Três laudas	€ 27,06 cada	€ 81,18;
Quatro laudas	€ 28,84 cada	€ 115,36;
Cinco laudas	€ 29,92 cada	€ 149,60;
Seis ou mais laudas	€ 36,36 cada	€ 218,16.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Annual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 25,24	€ 12,69;
Duas Séries	€ 48,37	€ 24,28;
Três Séries	€ 58,61	€ 29,23;
Completa	€ 68,46	€ 34,23.

Aestes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 199/2002, de 10 de Dezembro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Departamento do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 4,22 (IVA incluído)